

**INTERDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DAS OSCIPS DA REGIÃO SUL DO BRASIL  
PELA ÓTICA DA TEORIA DE SALAMON**

**Mara Vogt**

Mestranda em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)  
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala C 202  
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507  
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil  
E-mail: maravogtcco@gmail.com

**Larissa Degenhart**

Mestranda em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)  
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala C 202  
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507  
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil  
E-mail: ldegenhart@al.furb.br

**Fabricia Silva da Rosa**

Pós-doutorado em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Doutora em Contabilidade pela Universidad de València na Espanha.  
Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Professora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração da Universidade Regional de Blumenau (FURB)  
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D-202  
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507  
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil  
e-mail: fabriciasrosa@hotmail.com

**RESUMO**

Esta pesquisa objetiva analisar a interdependência financeira das OSCIPs da região sul do Brasil pela ótica da Teoria de Salamon. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e qualitativa. A população do estudo é composta pelas 41 OSCIPs dos 1.188 municípios da Região Sul do Brasil e a amostra constituiu-se de 17 entidades, sendo 6 OSCIPs do Estado de Santa Catarina, 3 do Paraná e 8 do Rio Grande do Sul, pelo fato das demais não apresentarem os dados necessários para a realização do estudo. Os dados referentes às OSCIPs dos três Estados foram coletados no sítio do Ministério da Justiça e o período de análise compreende o ano de 2011. Os resultados do estudo revelam que a maioria das OSCIPs analisadas são caracterizadas dentro das atividades, como outras instituições privadas sem fins lucrativos. Conclui-se que, a maioria das entidades analisadas busca manter-se com os recursos provindos das suas atividades e das doações e subvenções, o que as torna independentes do governo. Os recursos provindos da prestação de serviços da entidade e das doações e subvenções são suficientes para a manutenção das atividades, pois apenas 3 entidades analisadas apresentaram *déficit* no período. Portanto, no geral, estas entidades apresentam um bom desempenho financeiro e são independentes dos recursos do governo.

**Palavras-Chave:** Interdependência Financeira; Teoria de Salamon; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; Região Sul do Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, enfatiza-se a articulação dos governos com a sociedade civil, pois o potencial destas entidades na gestão das políticas e provisão de serviços públicos entra em destaque, aumentando assim, o debate sobre os processos de gestão que são desempenhados nestas entidades. Além disso, temas como sustentabilidade, auto sustentabilidade e fortalecimento institucional também passam a ser discutidos (ARAÚJO; MELO; SCHOMMER, 2005).

Os autores salientam ainda, que sob dimensões restritas e até mesmo ampliadas, a questão financeira e a auto sustentabilidade das entidades do Terceiro Setor é considerado um mito no contexto brasileiro. Já a sustentabilidade, torna-se cada vez mais um desafio, pois exige além da profissionalização gerencial, a conciliação de valores, a missão institucional, bem como, a luta pela sobrevivência financeira.

No Brasil e no mundo, de acordo com Mañas e Medeiros (2012), o surgimento do Terceiro Setor tem representado grande desafio perante as ações que esse setor busca apresentar para a comunidade, esta que encontra-se desprovida dos meios de sobrevivência, fazendo aquilo que o setor público, empresas privadas e sociedade não conseguem alcançar. Além disso, o Terceiro Setor é um importante agente para dar assistência às populações carentes, incentivar a geração de empregos, renda e ainda, para ajudar nas necessidades básicas dos necessitados.

Nesse sentido, as organizações sem fins lucrativos, *Nonprofit Organizations* (NPO) contribuem para com a sociedade, por meio da criação de valor social. Além disso, operam em um contexto que está a cada dia mais turbulento e assim, surgem às organizações sustentáveis como uma necessidade crítica. Desse modo, essas entidades foram forçadas a adotar um enfoque de sustentabilidade organizacional nos níveis estratégico e operacional, devido ao aumento da concorrência (WEERAWARDENA; MCDONALD; MORT, 2010).

De acordo com Lecy e Van Slyke (2012), a Teoria da Interdependência é considerada uma das mais importantes teorias que se pode utilizar para explicar a natureza da relação do governo com as entidades sem fins lucrativos, pois o financiamento do governo auxilia estas entidades a estabilizar a base de receitas e possibilita criar um nível padronizado e ainda, a continuidade das expectativas destas organizações perante a sociedade.

Frente ao exposto, o estudo busca responder a seguinte questão problema: qual a interdependência financeira das OSCIPS da região sul do Brasil pela ótica da Teoria de Salamon? Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a interdependência financeira das OSCIPS da região sul do Brasil pela ótica da Teoria de Salamon.

Diante disso, este estudo justifica-se conforme Olak e Nascimento (2010), pois as organizações do Terceiro Setor vêm desempenhando atividades cada vez mais amplas, com o objetivo de contribuir com a sociedade, provocando mudanças sociais, valendo-se de recursos obtidos. Nesse sentido, o crescimento desse setor, pode ser explicado em função da carência do setor público atender essas entidades, provocando uma crise, que conseqüentemente reduz a destinação de recursos para as mais diversas áreas da sociedade, fazendo com que o trabalho voluntário esteja mais presente e a partir disso, diversas entidades desse setor, passam a destinar recursos para essas entidades sem fins lucrativos, na forma de doações, auxílios para a execução de projetos sociais, entre outros aspectos que contribuem para essas entidades. Porém, para Herlin e Pazirandeh (2012), as relações entre essas entidades são consideradas complexas.

Justifica-se ainda a escolha das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), pois, conforme Gidron (2010), estas entidades possuem papéis sociais únicos, ou seja, criam oportunidades de participação por meio da alteração social, da filantropia e do voluntariado, promovendo dessa forma, a inovação de questões ainda não representadas por

outras instituições. Além disso, devido à carência de estudos que analisaram a interdependência financeira destas entidades pela ótica da Teoria de Salamon. Contudo, o Terceiro Setor tem como objetivo, preencher as lacunas que o setor público e privado não conseguem superar.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Na revisão de literatura apresenta-se inicialmente as entidades do Terceiro Setor. Na sequência, aborda-se a interdependência das Organizações de acordo com a Teoria de Salamon e os estudos anteriores, o que possibilita embasar a metodologia adotada neste estudo.

### **2.1 Entidades do Terceiro Setor**

O Terceiro Setor, para Albuquerque, Cavalcante e Carvalho (2012) consiste nas organizações, cujo objetivo principal é social e não econômico. Esse setor engloba associações, organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade. Além disso, fazem parte do Terceiro Setor, fundações privadas, Organizações Não Governamentais (ONG), organizações sociais e ainda, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Os autores ainda destacam que, no Brasil, as OSCIPs têm assumido importante papel no desenvolvimento social, pois estas entidades mobilizam recursos financeiros e pessoais, suficientes para realizar as atividades de interesse público.

Gidron (2010) corrobora afirmando que, o Terceiro Setor apresenta um papel social único, a promoção da sociedade civil, a criação de oportunidades de participação do voluntariado, da filantropia e da associação, além disso, a promoção da inovação de questões que ainda não foram representadas por outras instituições.

De acordo com Salamon (1997), um dos maiores desafios para as entidades do Terceiro Setor está ligado à sua sustentabilidade, principalmente a financeira, até porque, muitas entidades foram criadas por meio dos esforços pessoais e, a partir do momento em que crescem, deparam-se com problemas para sobreviverem, considerando a quantidade de organizações que competem no mesmo setor, para a obtenção de recursos cada vez mais escassos.

No Brasil, as carências sociais tendem a se agravar durante os anos, sendo que as fontes de financiamento tanto do setor público, quanto do setor privado apresentam-se cada vez mais escassas. Nesse sentido, considera-se um desafio para as entidades do Terceiro Setor se potencializar com recursos escassos, apesar de atenderem seu público alvo melhor e com um custo menor. Contudo, pela ótica do financiamento, estas entidades apresentam vantagem perante as demais organizações, pois auferem autonomia para buscar novos financiamentos, por meio da venda de bens, serviços e doações. Assim, essas entidades conseguem aumentar o leque dos seus financiamentos, não ficando restritas aos recursos do governo, ou seja, dos recursos públicos (RODRIGUES, 1998).

De acordo com Araújo, Melo e Schommer (2005), a auto sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor, passa a ser um mito na realidade brasileira, pois uma organização em si, não necessariamente precisa ser sustentável, mas sim, os problemas sociais a que estas se propõem a realizar e resolver devem ter soluções sustentáveis, devido ao foco de terem uma missão social, devendo se apoiar no fortalecimento institucional para conseguirem alcançar a sustentabilidade financeira.

O aumento das entidades sem fins lucrativos, conforme os autores acirrou a competição por recursos, sendo estes financeiros, materiais e humanos, espaços políticos, sociais, impactando assim, na sustentabilidade financeira. Nesse contexto, a auto sustentabilidade passou a ser um desafio primordial para estas entidades desde os anos 90. A sustentabilidade e a auto sustentabilidade apresentam uma relação direta com a questão da

mobilização de recursos financeiros, sendo que, a sustentabilidade financeira é mais do que simplesmente gerar e captar recursos financeiros, é otimizar estes recursos.

Contudo, Luksetich (2007) salienta que o governo pode preferir subsidiar as organizações sem fins lucrativos, ao invés de fornecer os serviços, em função de três motivos: conseguir dessa forma apoio político, a participação do governo nos custos será menor e ainda, o trabalho voluntário significa menores custos para a prestação dos serviços a sociedade, porém, não se pode esperar que estes subsídios afetem o tamanho e o crescimento, pois as próprias organizações conseguem aumentar a captação de recursos perante o governo, podendo dessa forma, gerar aumento no financiamento.

Nas entidades sem fins lucrativos, as ações voluntárias que são organizadas por associações, fundações entre outras instituições, contribuem para o desenvolvimento econômico, social e político dessas organizações, sendo possível realizar muitas atividades de que são de responsabilidade do Estado, mas que este não as atende. Para tanto, o crescimento dessas organizações e o número elevado de projetos na área assistencial, fazem com que essas entidades necessitam de recursos financeiros para a manutenção das atividades providas de entidades financiadoras e doações voluntárias (PAULA; BRASIL, MÁRIO, 2009).

Segundo Barros et al. (2010) o tripé da sustentabilidade, ou como também é denominado *Triple-Bottom-Line*, é reconhecido entre pesquisadores como uma ferramenta essencial para que as empresas consigam desenvolver ações relacionadas a três fatores, sendo estes econômicos, sociais e ambientais. Dessa forma, o bom funcionamento deste tripé, está alinhado com bons resultados econômicos, estes que retornarão à sustentabilidade, fazendo com que se forme um ciclo na entidade.

Diante disso, as organizações do Terceiro Setor foram levadas a buscar alternativas frente à sustentabilidade, iniciando a partir da tendência de geração de suas fontes próprias de recursos, por meio de atividades de produção, comercialização de produtos, bem como, serviços. Assim, a busca pela sustentabilidade ou sobrevivência, foi um dos fatores que fez com que estas organizações intensificassem o processo de profissionalização e a busca por instrumentos capazes de auxiliar a gestão dessas entidades (SILVA, 2010).

Durante as últimas décadas, aumentaram os desafios ambientais que as organizações sem fins lucrativos tiveram que enfrentar e, isso acabou atraindo a atenção dos pesquisadores. O objetivo de alcançar a sustentabilidade reflete o desejo social e empresarial destas organizações sem fins lucrativos, em construir uma organização economicamente viável e que continue a empreender a criação de valor social das suas atividades (WEERAWARDENA; MCDONALD; MORT, 2010).

Segundo Paula, Brasil e Mário (2011), devido ao crescimento desse setor no país, dificuldades enfrentadas para o gerenciamento, a forma como os recursos serão utilizados nessas organizações, deve estar baseada nas informações repassadas pela contabilidade. Além disso, o desenvolvimento de fundos de ação administrativa deve ser considerado, pois, é dessa ação que sua sustentabilidade depende, não podendo os seus gestores se preocuparem com a falta de recursos, pelo fato de que isso pode colocar em risco os objetivos sociais da entidade.

As entidades do Terceiro Setor surgiram para responder à ineficiência do Estado para com a sociedade, com o intuito de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento (MAÑAS; MEDEIROS, 2012). Além disso, os autores complementam que as ações do Terceiro Setor, buscam atender as necessidades básicas da sociedade e a melhoria da qualidade de vida, do amadurecimento da cidadania, do voluntariado, das virtudes sociais, do aprimoramento das aptidões e habilidades profissionais, das iniciativas beneficentes, do cooperativismo, dentre outras ações que são imprescindíveis para a sociedade no geral.

Para tanto, segundo Luke, Barraket e Eversole (2013), uma maneira de comunicar a legitimidade das organizações do Terceiro Setor é por meio da avaliação de desempenho analisada a partir de seus resultados e impactos, sendo que os resultados sobre o desempenho

financeiro, reforçam a prioridade da disponibilidade de financiamento que estas entidades necessitam, seja gerado internamente ou externamente, ao invés de evidenciar lucros. Conforme Cordery e Sinclair (2013), o interesse das entidades do Terceiro Setor em medir e gerenciar seu desempenho têm se intensificado, pois o foco do setor empresarial é verificar o desempenho financeiro dessas entidades, sendo que esta medição acontece a partir da análise dos produtos, resultados e impactos.

## **2.2 Interdependência das Entidades – Teoria de Salamon**

As organizações do Terceiro Setor vêm desempenhando importante papel em relação à prestação de serviços para com a sociedade. Desse modo, diversas pesquisas foram realizadas, abordando o tema da interdependência financeira destas organizações do setor público sem a presença de fins lucrativos, a partir da Teoria da Interdependência estabelecida por Salamon (SALAMON, 1997).

Segundo Wolch (1999), os efeitos da globalização econômica estão diminuindo a autonomia que o estado exerce sobre a nação. Entretanto, as mudanças nas políticas que se relacionam com a globalização, fazem com que as entidades do Terceiro Setor, tenham a capacidade de criar parcerias estáveis com o Estado.

Diante disso, seis teorias apresentam-se relevantes quanto à presença, ao financiamento, bem como, a composição de organizações sem fins lucrativos em todo o mundo, sendo que, quatro destas teorias focam o campo do setor sem fins lucrativos, ou seja, entidades do Terceiro Setor e as outras duas teorias são emprestadas de áreas diferentes, em função do potencial de contribuição que possibilitam ao tema. As teorias são as seguintes: Teoria da falha do governo/mercado, Teoria do lado da oferta, Teoria de confiança, Teoria do Bem Estar do Estado, Teoria da interdependência e a Teoria das origens sociais (SALOMON; ANHEIER, 1996; 1998).

Salomon e Anheier (1996; 1998) salientam que a persistência do Terceiro Setor na visão de cada teoria, pode ser considerada um subproduto, com limitações inerentes ao Estado, bem como, da incapacidade deste em extinguir todas as formas de pluralismo e diversidade. Contudo, dependendo da visão de quem analisa estas questões, passa-se a considerar que a presença das entidades sem fins lucrativos é algo benéfico para a liberdade da proteção social básica dos indivíduos e ainda, uma fonte de desigualdade social. Salamon (1995) destaca que esta linha de conflito, não é a única maneira de verificar a relação do governo para com as entidades sem fins lucrativos, pois estes conflitos podem ser considerados elementos importantes para o potencial da interdependência e parceria do Estado com essas entidades.

Nesse sentido, as organizações apresentam limitações na capacidade de responder há alguns problemas comuns, sendo o voluntariado um mecanismo para a satisfação das necessidades públicas (SALAMON, 1997). Para tanto, essas organizações apresentam dificuldades em gerar recursos para ampliar suas operações, incapacidade de estabelecer direitos e, sobretudo, a dificuldade em promover um verdadeiro sentimento de autossuficiência, ou seja, a interdependência (SALOMON; ANHEIER, 1996; 1998).

Conforme Salamon e Anheier (1996; 1998), o governo é visto sob a Teoria da Interdependência, como uma fonte potencial de recursos financeiros e não apenas como sendo uma imagem política de apoio para as entidades sem fins lucrativos. Contudo, apesar da importância do governo para as organizações do Terceiro Setor, estas continuam a enfrentar crescentes problemas e desafios sociais, pois essas organizações que estão voltadas para serviços humanos, empreendem ações com o objetivo de lidar com a tensão financeira que ocorre a partir do momento em que as receitas são reduzidas (BORIS et al., 2010).

Segundo Lecy, Van Slyke (2012), a Teoria da Interdependência apresenta a natureza complementar e colaborativa das atividades desempenhadas pelas entidades sem fins

lucrativos, com foco nas agendas destas entidades e do Estado, bem como, na dependência que surge entre esta parceria. Além disso, essa teoria é difícil de ser testada, pois prevê a relação da capacidade do Estado e do tamanho do setor sem fins lucrativos, sendo uma teoria que enfatiza a interconectividade de apoio financeiro por parte do governo, com a produção e entrega de bens e serviços considerados importantes para as organizações sem fins lucrativos. Dessa forma, os autores destacam ainda, que esta teoria é utilizada para explicar o crescimento no setor e dos serviços realizados pelos indivíduos para a economia da organização.

Nesse contexto, a Teoria da Interdependência apresenta explicações sobre a variação do tamanho das entidades do Terceiro Setor, por meio das comunidades, sendo que o governo ao longo do tempo pode tornar-se dependente destas organizações, para conseguir prestar serviços que possibilitam atender os direitos da população, bem como, seguir uma agenda política social que esteja alinhada com as metas e prioridades públicas, para que todos sejam atendidos da melhor forma possível. Assim, as entidades sem fins lucrativos podem se beneficiar do financiamento público, para tornarem-se dependentes desta fonte de recursos, poderem cumprir sua missão e desempenhar as atividades que lhe são asseguradas (LECY; VAN SLYKE, 2012).

Portanto, Salamon (1997) ressalta que a Teoria da Interdependência pode induzir a doações privadas, porém, é questionável se estas doações são o suficiente para conduzir as atividades das entidades sem fins lucrativos. Contudo, o governo reconhece que essas entidades beneficiam muitas comunidades de diversas maneiras. Entretanto, o governo apenas se dispõe a financiar a gama de atividades destas organizações, a partir do momento em que os problemas sociais começam a emergir.

### **2.3 Estudos anteriores**

As entidades do Terceiro Setor já foram objeto de estudo de diferentes ambientes e abordados por diversos autores em todo o mundo. O estudo realizado por Salomon e Anheier (1998), teve como objetivo verificar a contribuição que as organizações sem fins lucrativos auferem para o capital social e para a promoção do desenvolvimento econômico e político a partir de cinco teorias do setor sem fins lucrativos, sendo estas: a Teoria da Falha de Mercado, a Teoria do Lado da Oferta, a Teoria da Confiança, a Teoria do Bem Estar do Estado e a Teoria da Interdependência. Dessa forma, as entidades sem fins lucrativos analisadas foram dos países da América do Norte, Europa Ocidental, Europa Central e Ásia. Os resultados apontam que nenhuma das teorias foi considerada adequada para explicar as variações entre os países, quanto ao tamanho, composição e financiamento desse setor. Em relação à Teoria da Interdependência, que dispõe sobre a relação do governo com o setor sem fins lucrativos, esta apresentou-se negativa perante as entidades analisadas, ou seja, o governo não pode ser considerado uma fonte potencial de apoio financeiro para estas entidades.

Wolch (1999) realizou um estudo bibliográfico sobre o setor sem fins lucrativos na América, com base nas reflexões sobre a análise desse setor conforme Salamon. Para tanto, concluiu a partir da revisão de literatura realizada conforme os estudos de Salamon, que muitos dos dilemas que as entidades do Terceiro Setor enfrentam são incontestáveis, pois este setor enfrenta diversos problemas fiscais, econômicos, de responsabilidade entre outros. Entretanto, o autor destaca que uma das estratégias que esse setor deve implementar é as parcerias com o Estado na busca do capital para manterem suas atividades em andamento.

Lecy, Van Slyke (2012) analisaram duas teorias do setor sem fins lucrativos: a Teoria da Falha do Governo e Teoria da Interdependência. A partir de um conjunto de dados utilizando o método de dados em painel, foi possível separar as fontes de recursos e examinar a influência de ambas as teorias, para responder o propósito da pesquisa, de identificar se as entidades do Terceiro Setor prosperam quando o governo falha ou quando este colabora com

estas organizações. Os resultados demonstram que o financiamento do governo apresenta um efeito favorável sobre a densidade das doações privadas, sem fins lucrativos. Contudo, os resultados trazem a tona várias implicações políticas e de gestão que precisam de avaliação nessas entidades.

O estudo de Albuquerque, Cavalcante e Carvalho (2012) objetiva verificar e analisar a percepção dos gestores das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do Estado da Paraíba em relação à importância dos indicadores de desempenho financeiro e não-financeiro. A pesquisa foi bibliográfica, de campo, quantitativa e descritiva. Foram listadas as OSCIPs cadastradas no Ministério da Justiça no ano de 2006 e os questionários foram encaminhados para as 43 OSCIPs cadastradas e destas, apenas 34 retornaram com o questionário respondido. Como resultados, os autores verificaram que 67,7% das OSCIPs utilizam o Balanço Patrimonial e 64,7% utilizam a Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Período. Ressaltam que seria importante, que os percentuais dessas demonstrações contábeis fossem equivalentes, visto que, parte do Balanço Patrimonial é decorrente da Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Período. Apenas uma entidade do estudo não utiliza a Demonstração do *Superávit* ou *Déficit*. Além disso, concluíram que 89,66% das entidades consideram que o Balanço Patrimonial é importante, seguido de 82,27% que consideram importante a Demonstração do *Superávit* ou do *Déficit* do Período.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Nesta seção apresenta-se o enquadramento metodológico e os procedimentos metodológicos. Os procedimentos metodológicos estão divididos em população e amostra, procedimentos de coleta de dados e procedimentos de análise dos dados do estudo.

#### **3.1 Enquadramento metodológico**

Para analisar a interdependência financeira das OSCIPs da região sul do Brasil pela ótica da Teoria de Salamon, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e qualitativa.

De acordo com Oliveira (1997), a pesquisa descritiva é definida como o estudo que possibilita ao pesquisador obter uma melhor compreensão do comportamento dos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno.

A pesquisa documental, conforme Martins e Theóphilo (2009, p. 55) “emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa”.

Segundo Richardson (2012), a partir da investigação qualitativa é possível descrever e analisar a complexidade do problema, compreender e classificar os processos vividos por determinado grupo, contribuindo no processo de mudança e possibilitando o entendimento com maior profundidade, do comportamento dos indivíduos.

#### **3.2 Procedimentos metodológicos**

Os procedimentos metodológicos do estudo estão divididos em população e amostra do estudo, procedimentos de coleta de dados e ainda, procedimentos de análise dos dados.

##### **3.2.1 População e amostra**

A população do estudo é composta por 41 OSCIPs da Região Sul do Brasil. Portanto, a amostra do estudo constituiu-se de 17, pelo fato das demais não apresentarem os dados necessários para a realização do estudo. Dessa forma, apresenta-se a população e amostra da pesquisa por meio da Tabela 1.

**Tabela 1 - População e amostra da pesquisa**

<b>Estados</b>	<b>População</b>	<b>Amostra</b>
Santa Catarina	17	6
Paraná	11	3
Rio Grande do Sul	13	8
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>17</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

### 3.2.2 Procedimentos de coleta de dados

Os dados referentes às OSCIPs dos três Estados da Região Sul do Brasil foram coletados no sítio do Ministério da Justiça e o período de análise compreende o ano de 2011. Dessa forma, esses dados utilizados para o estudo estão na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e Demonstração do *Superávit e Déficit* e *Superávit e Déficit*.

### 3.2.3 Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados foi realizada a partir dos valores apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do ano de 2011 e por meio da Demonstração do *Superávit* ou *Déficit*. Diante disso, na DRE foi verificado se a entidade teve algum valor, que foi convertido para percentual, referente à prestação de serviços, se obteve recursos das subvenções e convênios públicos, se recebeu doações e subvenções. Já os valores referentes ao *superávit* ou *déficit* destas entidades, foram obtidos por meio da Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* que também foram convertidos em percentual para a realização da análise dos dados.

Optou-se por não utilizar os nomes das entidades, para tanto, classificou-se cada OSCIP de acordo com a atividade por meio de uma planilha disponibilizada no sítio do IBGE contendo a classificação das entidades sem fins lucrativos.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por meio da análise dos resultados, verificou-se a interdependência financeira das OSCIPs da Região Sul do Brasil pela ótica da Teoria de Salamon. Dessa forma, foi possível verificar se estas entidades são interdependentes do governo por meio da prestação de serviços, obtenção de recursos a partir de subvenções, convênios públicos, recebimento de doações e subvenções e ainda, se obtiveram *superávit* ou *déficit* neste ano, analisando desse modo, se as receitas governamentais pagam as despesas destas entidades.

### 4.1 OSCIPs de Santa Catarina

Em Santa Catarina têm-se seis OSCIPs que apresentam seus dados referentes à prestação de serviços, obtenção de recursos a partir de subvenções e convênios públicos, recebimento de doações e subvenções, por meio da Demonstração do Resultado do Exercício e ainda, se obtiveram *superávit* ou *déficit* por meio da Demonstração do *Superávit* ou *Déficit*. Dessa forma, apresenta-se inicialmente o Quadro 1, contendo os municípios das OSCIPs do Estado de Santa Catarina, as devidas atividades destas entidades, se obtiveram recursos por meio da prestação de serviços, se o governo auxiliou essas entidades na obtenção de recursos, bem como, o recebimento de recursos na forma de doações ou subvenções e se apresentaram *superávit* ou *déficit* no período analisado.

**Quadro 1 – OSCIPs do Estado de Santa Catarina**

<b>Município</b>	<b>Atividade da Entidade</b>	<b>Prestação de</b>	<b>Recursos – Subvenções/</b>	<b>Doações/ Subvenções</b>	<b>Superávit</b>	<b>Déficit</b>
------------------	------------------------------	---------------------	-------------------------------	----------------------------	------------------	----------------

		Serviços	Convênios			
Blumenau	Outras		72,03%	3,76%		
Bombinhas	Cultura e recreação			23,41%	271.801,8	
Criciúma	Cultura e recreação		88,11%	10,75%	75.123,33	
Florianópolis	Outras	1,72%		98,54%		-12.043,06
Joinville	Educação e pesquisa	31,91%		70,01%	15.110,56	
Luiz Alves	Cultura e recreação			66,59%	16.741,65	

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio do Quadro 1, nota-se que todas as OSCIPs do Estado de Santa Catarina no ano de 2011 eram de cidades distintas e a atividade dessas entidades é, na maioria dos casos, em cultura e recreação. Em relação à obtenção de recursos por meio da prestação de serviços, somente as OSCIPs de Joinville e Florianópolis recebem recursos provindos desta natureza, sendo 31,91% do total dos recursos arrecadados de Joinville e 1,72% de Florianópolis, ou seja, apenas duas OSCIPs das cidades do Estado de Santa Catarina prestam algum serviço a sociedade, obtendo retorno monetário para a entidade, o que demonstra que a entidade possui um desempenho favorável e, esses retornos monetários auxiliam no pagamento das despesas dessas entidades, sendo que a cidade de Joinville apresenta maior percentual, se comparado a Florianópolis.

Quanto à obtenção de recursos por meio de subvenções e convênios públicos, apenas duas cidades do Estado de Santa Catarina que possuem OSCIP receberam recursos, sendo 88,11% a cidade de Criciúma e 72,03% a cidade de Blumenau. A partir deste resultado, evidencia-se que não há diferenças significativas entre os dois municípios, destacando assim, que estas cidades são interdependentes, ou seja, que ambas necessitam dos recursos do governo para se desenvolverem e darem sequência as atividades que desempenham, para a promoção do bem estar social.

Já na forma de doações e subvenções, todas as OSCIPs do Estado de Santa Catarina recebem, porém, algumas em maior quantidade, como é o caso de Florianópolis que apresenta um percentual de 98,54%, Joinville 70,01% dos recursos provindos de doações, seguido de Luiz Alves com 66,59%, Bombinhas com 23,41%, Criciúma que apresentou um percentual de 10,75% e por último, Blumenau com 3,76%. Denota-se por meio dos dados apresentados na Tabela 1, que o setor público apresenta preocupação para com estas entidades, mesmo sendo com menor quantidade de recursos repassados, mas que, na medida do possível fazem com que estas se desenvolvam por meio da doação de recursos.

Além disso, a partir da análise realizada do *superávit* ou *déficit* destas entidades, verificou-se que apenas a OSCIP de Blumenau não apresentou na sua Demonstração, seu *superávit* ou *déficit*. Assim, das demais entidades analisadas, apenas a OSCIP de Florianópolis apresentou *déficit* no exercício de 2011, no valor de R\$ 12.043,06 reais, ou seja, esta entidade teve mais despesas do que receitas no período analisado, sendo que, as doações e subvenções representam 98,54% do total das receitas obtidas e isso não foi suficiente para a entidade cumprir com suas obrigações. As demais entidades, ou seja, as que apresentaram *superávit* são todas as que se enquadram nas atividades de cultura e recreação e, educação e pesquisa, sendo que a entidade que apresentou um maior *superávit*, no valor de R\$ 271.801,80 reais é do município de Bombinhas.

#### 4.2 OSCIPs do Paraná

O Estado do Paraná conta com apenas três OSCIPs que apresentam seus dados referentes à prestação de serviços, obtenção de recursos a partir de subvenções e convênios públicos, recebimento de doações e subvenções por meio da Demonstração do Resultado do Exercício e ainda, se estas apresentaram *superávit* ou *déficit* por meio da Demonstração do

*Superávit* ou *Déficit*. Para tanto, no Quadro 2, apresentam-se os municípios das OSCIPs deste Estado, suas respectivas atividades, bem como, se os recursos que receberam ao longo do ano de 2011 foram em função da prestação de serviços, obtenção de recursos, recebimento de doações ou subvenções e ainda, se evidenciaram o *superávit* ou *déficit* durante o período analisado.

**Quadro 2 – OSCIPs do Estado do Paraná**

Município	Atividade da Entidade	Prestação de Serviços	Recursos – Subvenções/Convênios	Doações/Subvenções	Superávit	Déficit
Curitiba	Outras			100%	16.002,57	
Curitiba	Outras			100%	846,01	
Londrina	Saúde	100%				-45.290,07

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do Quadro 2, observa-se que a maioria das OSCIPs do Paraná em 2011 pertenciam à outras atividades, sendo que ambas eram de Curitiba. Além destas entidades, a OSCIP de Londrina enquadra-se na atividade da saúde. Ainda, conforme o Quadro 2, nenhuma das OSCIPs de Curitiba tem recursos que provêm da prestação de serviços, porém, somente a OSCIP de Londrina recebe 100% de recursos referente à prestação de serviços em relação a receita. Este resultado evidencia que esta entidade da área da saúde é importante, visto o retorno que a sociedade trás para esta OSCIP.

Em relação aos recursos oriundos de subvenções e convênios, verifica-se que nenhuma das entidades do Estado do Paraná recebe recursos do governo, demonstrando que são independentes. As OSCIPs de Curitiba recebem 100% de doações e subvenções e, a entidade de Londrina, como já apresentado, recebe 100% de recursos referentes à prestação de serviços.

Além disso, percebeu-se que das três OSCIPs do Estado do Paraná, duas pertencem à cidade de Curitiba e apresentam um *superávit* bem diferente uma da outra, visto que uma apresentou o valor de R\$ 16.002,57 reais e a outra de R\$ 846,01 reais nesta demonstração. Nesse sentido, verifica-se que uma das entidades de Curitiba possui melhor desempenho que a outra, devido ao seu *superávit* ser maior. Já a OSCIP de Londrina apresentou um *déficit* no exercício de 2011, no valor de R\$ 45.290,07 reais.

### 4.3 OSCIPs do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a presença das OSCIPs é em maior quantidade, pois têm-se oito que apresentam dados relativos à prestação de serviços, obtenção de recursos a partir de subvenções, convênios públicos, recebimento de doações, subvenções por meio da Demonstração do Resultado do Exercício e ainda, se obtiveram *superávit* ou *déficit* por meio da Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* durante o exercício de 2011. Por meio do Quadro 3, apresentam-se os municípios das OSCIPs do Estado do Rio Grande do Sul, suas respectivas atividades, se os recursos que receberam ao longo do período foram em função da prestação de serviços, obtenção de recursos, doações e subvenções e ainda, se apresentaram um *superávit* ou *déficit*.

**Quadro 3 – OSCIPs do Estado do Rio Grande do Sul**

Município	Atividade da Entidade	Prestação de Serviços	Recursos – Subvenções/Convênios	Doações/Subvenções	Superávit	Déficit
Gravataí	Outras			34,78%	151,70	
Ijuí	Outras	23,75%	78,87%		105.617,06	

Itaqui	Religião			82,33%	515,16	
Passo Fundo	Religião			100%		
Porto Alegre	Outras			100%		-8.588,31
Santa Maria	Outras			100%	765,36	
Santa Maria	Outras	3,16%		88,79%	3.365,42	
São Leopoldo	Outras			99,81%	151,70	

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio do Quadro 3, observa-se que seis das oito entidades pertenciam à outras atividades no ano de 2011. Já as outras duas entidades, exercem atividades religiosas para com a sociedade. Verificou-se ainda que, duas das OSCIPs do Estado do Rio Grande do Sul são de Santa Maria.

Em relação à obtenção de recursos por meio da prestação de serviços, apenas duas OSCIPs das cidades de Ijuí e uma de Santa Maria receberam recursos provenientes da prestação de serviços, perfazendo um total de 23,75% e 3,16% respectivamente. As demais entidades não receberam nenhum valor referente à prestação de serviços, ou provavelmente estas entidades não prestaram nenhum serviço no período analisado.

No que se refere à obtenção de recursos de subvenções e convênios públicos, apenas uma OSCIP do município de Ijuí recebe este auxílio do governo para o desenvolvimento de suas atividades, apresentando um percentual de 78,87 % em relação à receita total do exercício. Dessa forma, apenas esta OSCIP pode ser considerada interdependente do governo, pois é a única que recebe auxílio deste.

Verifica-se que três das oito entidades apresentaram um percentual de 100% em relação às doações e subvenções, sendo estas do município de Passo Fundo, Porto Alegre e uma de Santa Maria. As outras entidades que também receberam doações e subvenções são dos municípios de São Leopoldo, que apresenta o percentual de 99,81%, seguido por Santa Maria com 88,79%, Itaqui com 82,33% e ainda, Gravataí com 34,78%. Ressalta-se que, somente o município de Ijuí não recebeu doações e subvenções.

Além disso, percebe-se que destas entidades, apenas a OSCIP de Porto Alegre apresentou um *déficit* no exercício, no valor de R\$ 8.588,31 reais, sendo que entre as demais entidades oscilou o valor do *superávit*, de R\$ 151,70 reais do município de Gravataí para R\$ 105.617,06 reais do município de Ijuí. Sete das oito entidades apresentaram um *superávit* em 2011 e, diante desses resultados, nota-se que a maioria das OSCIPs deste Estado arrecadam mais do que gastam, ou seja, apresentaram um desempenho favorável por conseguirem administrar os seus gastos e ainda assim, arrecadarem recursos.

#### **4.4 Resultados obtidos das OSCIPs dos Estados da Região Sul do Brasil**

Os resultados do estudo revelam que a maioria das OSCIPs dos três Estados da região sul do Brasil, são caracterizadas dentro das atividades destas entidades, como outras instituições privadas sem fins lucrativos. Além disso, percebe-se que em relação à prestação de serviços, no geral, das 17 entidades, apenas 5 recebem recursos provenientes da prestação de serviços, ou seja, estas OSCIPs buscam se manter com recursos provindos das atividades que desenvolvem, tornando-se independentes do governo.

Em relação aos recursos de convenções e subvenções públicas, os resultam demonstram que apenas 3 das 17 entidades analisadas recebem este tipo de recurso, sendo duas de Santa Catarina e uma do Rio Grande do Sul, ou seja, poucas entidades apresentam a interdependência que a Teoria de Salamon aborda, pois evidenciaram na Demonstração do Resultado do Exercício, que poucos eram os recursos advindos dessa natureza. Dessa forma, Salamon e Anheir (1996; 1998), destacam que o governo é visto nesta teoria como uma fonte potencial de recursos financeiros. No entanto, estas entidades continuam a enfrentar problemas

e desafios na medida em que os recursos repassados pelo governo diminuem (BORIS et al., 2010).

Este estudo corrobora com os achados de Salomon e Anheier (1998), pois os autores encontraram uma relação negativa de interdependência perante as entidades analisadas. Nesse caso, o governo não pode ser considerado uma fonte potencial de apoio financeiro para tais entidades.

Porém, o estudo de Lecy, Van Slyke (2012) contradiz com os resultados encontrados neste estudo, pois verificaram que o financiamento do governo apresenta um efeito favorável sobre as doações privadas, sendo que, neste estudo nota-se que as OSCIPs que receberam recursos de subvenções e convênções do governo ou não obtiveram doações e subvenções, ou a relação apresentou-se inversa. Isso porque quando a entidade apresentava um percentual elevado em relação aos recursos provindos do governo, as doações e subvenções apresentavam um percentual bem menor.

Contudo, os resultados do estudo de Wolch (1999) evidenciaram que as entidades do Terceiro Setor devem implementar estratégias que fortaleçam parcerias com o Estado, na busca de recursos para manterem suas atividades em andamento e, em consequência disso, atenderem da melhor forma possível a sociedade, o que corrobora com os resultados encontrados neste estudo.

Verificou-se ainda, que os três Estados da região sul do Brasil apresentaram em sua grande maioria, um percentual elevado de doações e subvenções, demonstrando que estas entidades não necessitam diretamente dos recursos do governo para desenvolverem as suas atividades, mantendo-se com recursos provindos das doações e subvenções. Diante disso, Salomon (1997) ressalta que a Teoria da Interdependência pode induzir a doações privadas, porém, questiona se estas doações são suficientes para a condução das atividades que cabem a cada uma destas entidades sem fins lucrativos desenvolver. Nesse sentido, este estudo evidenciou que os recursos provindos de doações e subvenções e ainda, da prestação de serviços são considerados suficientes para a manutenção das suas atividades, visto que apenas 3 das 17 entidades analisadas apresentaram *déficit* nesse exercício, ou seja, as outras 13 OSCIPs tiveram um *superávit* que está evidenciado na Demonstração do *Superávit* ou *Déficit*.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar a interdependência financeira das OSCIPs da região sul do Brasil pela ótica da Teoria de Salomon. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e qualitativa. A amostra do estudo foi composta por 6 OSCIPs do Estado de Santa Catarina, 3 do Paraná e 8 do Rio Grande do Sul, totalizando 17 entidades.

A partir dos resultados obtidos no estudo, nota-se que a maioria das entidades busca manter-se com os recursos provindos das suas atividades e das doações e subvenções, o que as torna independentes do governo, ou seja, não necessitam diretamente dos recursos do governo para desenvolverem suas atividades. Conclui-se que os recursos provindos da prestação de serviços da entidade e das doações e subvenções são suficientes para a manutenção das atividades, pois apenas 3 entidades analisadas apresentaram *déficit* no período.

Nesse sentido, Araújo, Melo e Schommer (2005) destacam que as entidades devem se apoiar no fortalecimento institucional para que consigam alcançar a sustentabilidade financeira, que passou a ser um desafio a partir da década de 90. Salientam que, a sustentabilidade financeira é mais do que simplesmente gerar e captar recursos financeiros, é otimizar estes recursos, ou seja, as entidades devem utilizar os recursos a seu favor da melhor forma, para que consigam se manter sem necessitar do governo, quando isto for possível.

Diante do exposto, os resultados deste estudo vão ao encontro dos achados de Salomon e Anheier (1998) e de Wolch (1999), porém, se contradizem com os resultados encontrados a partir do estudo de Lecy, Van Slyke (2012).

No que se refere a divulgação de informações, verifica-se que, no estudo de Albuquerque, Cavalcante e Carvalho (2012), 64,70% das OSCIPs utilizam a Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do Período e, na presente pesquisa, das OSCIPs analisadas dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, 87,5% apresentaram os valores referentes ao *superávit* ou *déficit* por meio da Demonstração do *Superávit* ou *Déficit* do período analisado, ou seja, houve um percentual maior de divulgação dessas informações, o que de fato é muito importante, pois quanto mais estas entidades divulgarem, haverá mais informações para analisar e, conseqüentemente, melhores serão os resultados obtidos no estudo.

Para tanto, este estudo contribui para a literatura referente às entidades do Terceiro Setor classificadas como OSCIP, pois nestas entidades analisadas, verificou-se pouca interdependência para com o governo conforme a Teoria de Salamon. No geral, estas entidades apresentam um bom desempenho financeiro e são independentes dos recursos do governo.

As limitações deste estudo consistem na impossibilidade da generalização dos resultados, visto que foram analisadas as entidades da região sul do Brasil no ano de 2011 e, além disso, como limitação percebeu-se a falta de informações divulgadas pelas OSCIPs, devido ao fato de não serem obrigadas a divulgarem suas demonstrações contábeis. Como sugestões de pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação ou alteração da amostra para outros Estados, países e ainda, a alteração do período analisado, o que permite utilizar este estudo para fins de comparabilidade.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lúcia Silva; CAVALCANTE, Paulo Roberto da Nóbrega; CARVALHO, José Ribamar Marques de. Medição de desempenho empresarial em organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP): uma aplicação utilizando a análise multivariada. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 13, n. 2, p. 1-16, 2012.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de; MELO, Vanessa Paternostro; SCHOMMER, Paula Chies. O desafio da Sustentabilidade Financeira e suas Implicações no Papel Social das Organizações da Sociedade Civil. In: ISTR-International Society for Third Sector Research, Conferência América Latina e Caribe. **Anais...** 2005.

BARROS, Raquel Andrade; ANDRADE, Elisabeth de Oliveira; VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa de, CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Práticas de Sustentabilidade empresarial no APL calçadista de Campina Grande–PB: um estudo de caso. **Revista Gestão Industrial**, v. 6, n. 1, p. 157-177, 2010.

BORIS, Elizabeth T.; LEON, Erwin de; ROEGER, Katie L.; NIKOLOVA, Milena. Contracts and Grants between Fuman Service Nonprofits and Governments. **Washington DC: Urban Institute Report**, p. 2-7, 2010.

CORDERY, Carolyn; SINCLAIR, Rowena. Measuring performance in the third sector. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 10, n. 3/4, p. 196-212, 2013.

GIDRON, B. Promoting civil society in Third Sector organizations through participatory management patterns. **European Management Journal**, v. 28, n. 6, p. 403-412, 2010.

HERLIN, H.; PAZIRANDEH, A. Nonprofit organizations shaping the market of supplies. **International Journal of Production Economics**, v. 139, n. 2, p. 411-421, 2012.

LECY, Jesse D.; VAN SLYKE, David M. Nonprofit sector growth and density: testing theories of government support. **Journal of Public Administration Research and Theory Advance Access published**, v. 23, n. 1, p. 189-214, 2012.

LUKE, Belinda; BARRAKET, Jo; EVERSOLE, Robyn. Measurement as legitimacy versus legitimacy of measures-Performance evaluation of social enterprise. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 10, n. 3/4, p. 234-258, 2013.

LUKSETICH, William. Government funding and nonprofit organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 37, n. 3, p. 434-442, 2007.

MAÑAS, Antonio Vico; MEDEIROS, Epitácio Ezequiel de. Terceiro Setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012.

MARTINS, G. A. THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

PAULA, Cleberson Luiz Santos de; BRASIL, Haroldo Guimarães; MÁRIO, Pouri do Carmo. Mensuração do Retorno Social de Organizações sem fins lucrativos por meio do SROI – Social Return On Investment. **Revista de Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 3, p. 127-155, 2011.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil. **RAP - Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 25- 67, 1998.

SALAMON, Laster M. **Partners in Public Service: Government-Nonprofit Relations in the Modern Welfare State**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, Maryland, 1995.

SALAMON, Lester M. Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SALAMON, Lester M. Partners in Public Service: Government-Nonprofit Relations in the Modern Welfare State. **Social Service Review**, v. 71, n. 2, p. 321-323, 1997.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, n. 22, p. 1-38, 1996.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 9, n. 3, p. 213-248, 1998.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 6, p. 1301-1325, 2010.

WEERAWARDENA, Jay; MCDONALD, Robert E.; MORT, Gillian Sullivan. Sustainability of nonprofit organizations: An empirical investigation. **Journal of World Business**, v. 45, n. 4, p. 346-356, 2010.

WOLCH, Jennifer. Decentering America's nonprofit sector: Reflections on Salamon's crises analysis. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 10, n. 1, p. 25-35, 1999.